

Centrais sindicais promovem semana nacional pela isenção do IR até R\$ 5 mil

A CUT e as demais centrais sindicais realizam, de 2 a 6 de fevereiro, uma semana nacional de atividades em comemoração à isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. A iniciativa destaca a conquista como resultado da luta histórica do movimento sindical por justiça tributária no Brasil.

As atividades culminam no dia 5 de fevereiro, com o Dia Nacional de Mobilização, marcado pelo Ato Unificado das Centrais Sindicais em São Paulo, além de ações em todo o país. Segundo o presidente nacional da CUT, Sergio Nobre, a vitória é importante, mas a luta por justiça tributária continua.

Ao longo da semana, sindicatos e entidades promoverão assembleias, panfletagens e visitas aos locais de trabalho, dialogando com a base sobre a importância da isenção e os próximos desafios da classe trabalhadora. No dia 4 de fevereiro, haverá panfletagem em estações de metrô e terminais de ônibus na capital paulista.

No dia 5, o ato em São Paulo terá início às 8h, em frente à MWM Motores, no bairro de Juruábatuba, com nova atividade prevista para a tarde. A mobilização integra a agenda unificada das cen-



trais sindicais, que segue até o 1º de Maio, com o objetivo de fortalecer a organização da classe trabalhadora e avançar na luta por direitos, valorização do trabalho e justiça social.

Sindsep participa de roda de conversa sobre saúde mental da mulher negra

O Sindsep/MA esteve representado pela diretora Ana Maria Cascaes na Roda de Conversa sobre Saúde Mental da Mulher Negra, realizada no Centro Estadual de Referência da Mulher Negra Ana Silvia Cantanhede, que teve como objetivo dialogar sobre vivências, enfrentamento ao racismo e a importância do cuidado com a saúde mental.

O evento, voltada a mulher negra, dialoga com a campanha do janeiro branco, que utiliza o simbolismo do início do ano para convidar a sociedade a refletir sobre saúde emocional e qualidade de vida. O movimento incentiva que as pessoas escrevam novas histórias voltadas ao cuidado com a mente, combatendo estigmas, enfrentamento ao racismo e incentivando a busca por ajuda profissional no cuidado com a saúde mental.



Entidades do funcionalismo federal protocolam pauta unificada da Campanha Salarial 2026

Na última sexta-feira, 30 de janeiro, representantes de entidades nacionais dos servidores públicos do Executivo Federal protocolaram junto ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) a pauta unificada da categoria. O documento reúne as principais reivindicações do funcionalismo e marca oficialmente o início da Campanha Salarial 2026.

A entrega da pauta contou com a participação de entidades como o Fonacate e o Fonasefe, fóruns dos quais a Condsef/Fenadsef faz parte. Paralelamente ao protocolo, servidores realizaram um ato em frente ao Bloco C da Esplanada dos Ministérios, sinalizando o primeiro passo de um processo de mobilização que será fundamental ao longo de toda a campanha.

Durante a atividade, o secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva, destacou que, por se tratar de um ano eleitoral, os prazos para o encaminhamento das pautas são atípicos, o que exige maior urgência, atenção e organização por parte dos servidores. Segundo ele, o momento impõe um esforço redobrado de mobilização para garantir que as reivindicações avancem.

Ainda de acordo com Sérgio Ronaldo, o secretário de Relações do Trabalho do MGI, José Lopez Feijóo, si-



nalizou que a primeira reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) em 2026 deve ocorrer ainda no mês de fevereiro ou, no mais tardar, no início de março.

Entre as prioridades apresentadas pelas entidades estão a correção das distorções existentes entre as carreiras do Executivo Federal, tanto em relação aos salários quanto aos benefícios. As disparidades que atingem servidores aposentados também estão no centro das reivindicações. Outro ponto considerado fundamental é a criação de um auxílio-nutrição para os servidores públicos federais.

Para Sérgio Ronaldo, a superação dessas desigualdades históricas depende de sensibilidade política por parte do governo. “Se o governo tiver sensibilidade, a gente resolve um problema de décadas, que são as distorções de quem faz o

mesmo trabalho, tem a mesma tarefa, a mesma missão e recebe salários diferenciados”, afirmou.

A pauta unificada também reivindica o envio ao Congresso Nacional de um projeto de lei que regulamente a negociação coletiva no setor público, conforme estabelece a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Entre os temas contemplados nessa proposta estão a definição de data-base, a garantia de direitos sindicais e a regulamentação do direito de greve.

Com o protocolo da pauta, as entidades reforçam a necessidade de unidade e mobilização da categoria para pressionar o governo a abrir negociações efetivas e atender às demandas históricas dos servidores públicos federais.

Com informações da pela Condsef.